

## AS INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS DE TERCEIRA VIA NO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)

MATHEUS LUCAS SOUZA

ALDA MARIA DUARTE ARAÚJO CASTRO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

---

**RESUMO:** O presente artigo analisa os fundamentos da ideologia de Terceira Via, concebida por Anthony Giddens, e sua influência nas políticas para a Educação Superior no Brasil na década de 2000, tendo como referência o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Parte do pressuposto que as políticas implementadas nesse período incorporaram a lógica da Terceira Via e se assemelham, em alguns aspectos, aos ideais neoliberais que ganharam grande relevância no cenário político e econômico mundial nas últimas décadas. Trata-se de uma revisão de literatura e análise de dados estatísticos do portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Os resultados do estudo indicam que as políticas de Terceira Via foram significativas para a condução da expansão da Educação Superior brasileira e para o crescimento do setor privado nesse nível de ensino, tendo como um dos principais agentes financiadores o Estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terceira Via. Privatização. Educação Superior. Parcerias Público-Privadas.

---

### IDEOLOGIA DA TERCEIRA VIA E SEUS PRINCIPAIS ELEMENTOS

As transformações ocorridas nas sociedades globais durante a segunda metade do século XX tiveram efeitos em diversas áreas, sejam elas econômicas, políticas ou sociais, impelindo o Estado e suas instituições a realizarem importantes reformulações, de modo que contemplassem os novos paradigmas da época.

Parte dessas transformações visam a integrar os países da periferia do capital a um processo de submissão aos países do centro do capitalismo – sob a égide do discurso de inserção no mercado mundial e da criação de um padrão de desenvolvimento econômico internacional – promovendo um enfraquecimento das políticas internas que regulamentam o crescimento da exploração da força de trabalho pelo capital financeiro internacional, bem como o desenvolvimento das indústrias nacionais produtoras de ciência e tecnologia.

As práticas supracitadas são derivadas de diretrizes oriundas da ideologia neoliberal<sup>1</sup>, corrente econômica que tomou grandes proporções e aceitabilidade no período mencionado. Contudo, o neoliberalismo não foi a única corrente econômica em ascensão nessa época de transformações, a ideologia da Terceira Via também assume grande relevância:

[...] como alternativa aos efeitos negativos do capitalismo e das insuficiências da social-democracia (SIC) europeia, esse programa procura apresentar uma nova agenda político-econômica para o mundo nos limites do capitalismo constituindo-se em importante instrumento de ação da nova pedagogia da hegemonia. [...] tem como objetivo a reforma ou governo do capitalismo por intermédio das mudanças na política e na economia (LIMA; MARTINS, 2005, p.43-44).

A ideologia da Terceira Via foi idealizada principalmente por Antony Giddens. Trata-se de um programa político em que o Estado pode agir em parceria com instituições da sociedade civil, tendo em vista o desenvolvimento nacional (GIDDENS, 2001a). O modelo político tem orientado a atividade básica do novo Estado democrático e da Sociedade Civil como pilares fundamentais de seu funcionamento, sendo necessário que ambas as partes passem por processos de renovações estruturais para que se adequem ao modelo e à promoção da nova economia mista e suas demandas.

Para Giddens (2001a), no que se refere às reformas para o novo Estado democrático, seria necessária a promoção de uma descentralização de poder tendo em vista a democratização, e não o enfraquecimento do Estado como propõe o neoliberalismo, além disso, também aponta a necessidade de uma reforma constitucional que direcione maior transparência e eficiência administrativa, como forma de conservar sua legitimidade, e maior abertura dos mecanismos de contato e interação com a população além dos períodos eleitorais.

A atuação da sociedade civil consistiria, principalmente, em agir onde o governo se abstém do envolvimento direto. Contudo, os recursos do governo ainda seriam de suma importância para a introdução da sociedade civil nessas atividades. Segundo Giddens (2001a), a sociedade civil também é passível de renovações, e essa renovação da cultura cívica pode ser motivada pelo Estado.

Em linhas gerais, a renovação da sociedade civil proposta por Giddens (2001a) passa, principalmente, pelo aproveitamento e desenvolvimento da iniciativa comunitária local e voluntária, em contrapartida à participação de grupos cívicos. O autor destaca a importância de elites empreendedoras locais como grupo de fomento ao desenvolvimento das sociedades civis, sendo essa uma política capciosa, que pode ser subserviente ao interesse das burguesias locais, ao permitirem que tais grupos assumam o protagonismo, o que inclui o financiamento da sociedade civil.

Todavia, apesar de Giddens colocar a ideologia da Terceira Via como uma alternativa ao sistema neoliberal, alguns autores como Lima e Martins (2005) a colocam como mais uma face do neoliberalismo, afirmando que parte das intenções dessa ideologia não se distinguem o suficiente das intenções neoliberais, como a desresponsabilização do Estado no combate às desigualdades sociais, a inércia em relação aos conflitos de classe e, principalmente, a manutenção da ótica de desenvolver a economia através do livre mercado.

Não é apenas através do discurso de que o livre mercado é suficiente para manter a economia em desenvolvimento que a ideologia da Terceira Via se assemelha ao sistema neoliberal. O discurso de que os recursos públicos são insuficientes e que as demais esfe

ras de poder devem atuar com o intuito de suprir a suposta qualidade duvidosa das práticas do Estado também está presente. Dessa forma, perpetua-se a ideia de culpabilidade do Estado pelas crises das diversas instituições presentes na democracia burguesa.

Tal discurso passou a estar presente nas críticas aos sistemas educacionais públicos estatais, como forma de deteriorar a face emancipadora e de possível garantia de certo grau de desenvolvimento e do conhecimento científico para as classes trabalhadoras, bem como sua inserção em níveis mais elevados de divisões do trabalho, além de aproximar as instituições educacionais ao *modus operandi* empresarial.

De acordo com Neves (2015, p. 30), a escola também é um aparelho ideológico do Estado que se “configura como uma instância estratégica de formação intelectual e moral do indivíduo coletivo”, tornando-se um objeto de interesse da sociedade de classes, visto que possui plena capacidade de difusão dos interesses dominantes.

Nesse contexto, as reformas educacionais, ocorridas nas últimas décadas em escala internacional, têm como principal objetivo readequarem os sistemas educacionais aos novos desafios propostos pelos projetos hegemônicos de poder e acumulação material, sendo apoiados não apenas pela esfera privada, mas também pela sociedade civil e por intelectuais orgânicos (NEVES, 2015, p. 32).

Visando orientar as ações do Estado, a agenda da Terceira Via consiste em propor novas funções a esse, de modo que passe a ter como indispensável o envolvimento da sociedade civil, implicando que as políticas educacionais também passem por um severo processo de reformulação. Tais mudanças são imprescindíveis para o projeto de recuperação econômica e de desenvolvimento social com base nos ideais globalizados – o que Neves (2015, p. 32) intitula “economia de mercado com justiça social”.

#### A TERCEIRA VIA E A LÓGICA DO CAPITAL HUMANO PARA A EDUCAÇÃO

Conforme foi apresentado no item anterior, as últimas décadas indicaram significativas reformas para a educação superior, tendo em vista uma maior adaptação e usabilidade aos interesses do mundo globalizado. Parte dessas reformas foram orientadas por organismos como a UNESCO e o Banco Mundial, que tinham em sua agenda a expansão do acesso à Educação Superior, como uma diretriz que possibilita maior inserção desses países no mundo global regido pelos critérios neoliberais. É importante destacar que a Educação, seja ela em nível superior ou básico é um elemento fundamental na difusão dos ideais do mundo globalizado e também na formação da capacidade técnica de suas bases produtivas.

A capacitação técnica torna-se fundamental para a inclusão no ascendente mundo tecnológico, visto que os recursos da informática mostram-se intensamente presentes no mundo do trabalho. Dessa forma, a capacitação para o uso desses recursos é necessária para a formação das bases produtivas. Isso se intensifica nos países da periferia do capitalismo, em que a ascensão tecnológica aconteceu de forma tardia e, de acordo com Schaff (1993, p. 94), “nestes países, o caminho que leva à utilização apropriada da informática é longo e impregnado de obstáculos”.

Para o projeto hegemônico de poder, a Educação é um fator imprescindível, em especial aquela que identifica as competências e capacidades do sujeito de modo que possam ser aproveitáveis para a formação das bases produtivas das divisões sociais de tra

balho e também como elemento estimulador da coesão social idealizada no neoliberalismo de Terceira Via, como afirma Giddens:

A principal força no desenvolvimento de capital humano obviamente deve ser a educação. É o principal investimento público que pode estimular a eficiência e a coesão social. [...] A educação precisa ser redefinida de forma a se concentrar nas capacidades que os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida. [...] A aprendizagem (e o esquecimento – ser capaz de descartar velhos hábitos) é essencial para o trabalho na economia do conhecimento (GIDDENS, 2001a, p. 78-79).

A citação acima destaca a noção de aprendizagem ao longo da vida que passa a ser presente em todo o discurso da sociedade globalizada. Tal noção implica que os saberes podem ser defasados ao longo do tempo, sendo necessária uma “reciclagem” do conhecimento, principalmente para adquirir uma forma aplicável às atuais demandas do que o autor põe como “economia do conhecimento”.

Com isso, torna-se nítido que a Educação seja uma instância de formação para o contingente profissional exigido na sociedade globalizada, impelindo a Educação a uma perspectiva de treinamento para as divisões sociais do trabalho, visto que uma população bem formada contribui não apenas para o desenvolvimento socioeconômico, mas também forma consumidores para os produtos produzidos por esse mesmo grupo, como destaca Giddens:

Educação e treinamento tornaram-se o novo mantra para os políticos socialdemocratas. Numa expressão famosa, Tony Blair descreve suas três principais prioridades no governo como ‘educação, educação, educação’. A necessidade de melhores qualificações educacionais e de treinamento em habilidades é evidente na maioria dos países industrializados, particularmente no que diz respeito aos grupos mais pobres. Quem poderia negar que uma população bem-formada é desejável para qualquer sociedade? O investimento em educação é um imperativo do governo hoje, como uma base essencial da ‘redistribuição de possibilidades’ (GIDDENS, 2001b, p. 119).

Portanto, o processo de reordenamento da Educação, seja ela em nível básico ou superior, seguiu essa lógica de formação das bases produtivas necessárias para o alcance do desenvolvimento socioeconômico e tecnológico em vários países, tendo em vista que os principais países do alto escalão do competitivo mercado mundial se apoiam principalmente no comércio tecnológico, cuja produção se faz ausente em vários países da periferia do capital. Logo, faz-se preciso estimular tal produção como uma forma de garantir a subsistência tecnológica e também de se inserir nesse mercado.

#### EFEITOS PRIVATIZANTES NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Visto que, para Sampaio (2000), a educação superior do país se mostrou historicamente elitista no que tange ao acesso e, considerando a importância da educação como fator de desenvolvimento econômico no cenário neoliberal, iniciou-se

SOUZA, M. L., CASTRO, A. M. D. A.

um processo de expansão da educação superior no Brasil, que teve papel importante para ampliar a inclusão de um maior contingente populacional a esse nível de ensino. Para tanto, um conjunto de medidas foram elaborados a partir do governo de Luiz Inácio Lula de Silva (2003-2006, 2007-2010), cujo projeto de expansão contou principalmente com um plano de reestruturação e expansão do ensino universitário, intitulado REUNI<sup>2</sup>.

É importante ressaltar que esse processo de expansão esteve extremamente vinculado às orientações estabelecidas pelos organismos internacionais mencionados anteriormente neste trabalho e, portanto, não deve ser visto apenas como uma política que buscava a expansão e a inclusão social. Além desses objetivos, estava implícita a necessidade de o país se posicionar melhor nos rankings internacionais e de preparar uma mão de obra mais qualificada para o mercado de trabalho.

Com isso, o processo de reordenamento da educação superior brasileira esteve diretamente relacionado aos interesses desses projetos globais, ocorridos em diversos países da América Latina e também da Europa. Logo, a educação superior no Brasil passa a seguir as tentativas de inserção aos padrões globais para esse nível de ensino, e essa homogeneização está contida em diversas dimensões da educação, seja na estrutura curricular reduzida, ou na diversificação das fontes de financiamentos ou no parâmetro para a qualidade do ensino, tornando-se:

[...] um momento de difusão da ideologia da qualidade total, da ideologia da qualidade total, da transformação dos dirigentes em gestores educacionais, do começo do sucateamento da educação superior pública e da transformação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), de órgão contestador das políticas oficiais, nos anos finais da ditadura militar e nos anos de abertura política, em instrumento difusor das políticas neoliberais para a educação básica (NEVES, p. 92, 2005).

Na visão de Avila, Léda e Vale (2012), o governo de Luiz Inácio Lula da Silva marca a continuidade do projeto neoliberal da Terceira Via e, dessa vez, o projeto passa a ter um caráter definitivamente ativo e direcionado pela burguesia, embora não como contestador e avaliador das políticas do Estado, mas como mediador e estimulador do discurso da colaboração e coesão social entre as principais esferas de poder.

Dessa forma, o processo de expansão da educação superior no Brasil no período 2003 a 2016, quando termina o governo petista, incorporou os princípios da Terceira Via, principalmente ao estimular o processo de privatização como mecanismo fundamental para a expansão quantitativa desse nível de ensino, o que inclui o financiamento direto e indireto das instituições privadas. De acordo com Neves (2005, p. 106):

A reforma da educação superior [...], submete a produção do conhecimento nacional a diretrizes de organismos internacionais, reforça a ideia neoliberal do público não estatal, estimulando jurídica e financeiramente o empresariamento da educação superior, ao mesmo tempo em que legitima a submissão da escola à empresa, o dualismo entre instituições de ensino, utiliza-se o acesso à educação superior como instrumento compensatório ao histórico *apartheid* social brasileiro, além de agudizar a precarização das relações trabalhistas.

Como mencionado pela autora, parte importante do processo de expansão da educação superior contou com o investimento do Estado. Entretanto, esse investimento não foi realizado de forma restrita ao setor público como demanda a carta de intenções da ideologia da Terceira Via. Logo, o Estado criou medidas para que esse processo de expansão acontecesse também pelas demais vias, sejam elas privadas com fins lucrativos ou sem fins lucrativos.

Apesar de o processo de expansão ter gerado importantes avanços na questão política do acesso – em um nível de ensino historicamente elitizado no país – não podemos reduzir tal problemática a essa única face, visto que, como já foi discutido, havia uma série de pressões macropolíticas que exigiam a expansão da educação superior.

Para Maués (2008, p. 12) esse nível de ensino, na atual sociedade, não consegue se distanciar das pressões sociais mercadológicas que exigem um modelo educacional “performático” e que gera resultados diretos e a curto prazo para a sociedade globalizada.

Esse caráter performático também está contido no programa REUNI que, segundo Pereira (2012), estimula as universidades públicas federais a estabelecerem termos de compromisso com metas a serem atingidas para viabilizarem a captação de recursos conforme o alcance das metas estabelecidas.

Contemplado com o investimento estatal, o setor privado encontrou significativo espaço de crescimento, principalmente ao fornecer suas práticas onde as instituições públicas estiveram historicamente ausentes. Com isso, o setor privado passou a concentrar a maior parcela dos alunos da educação superior no Brasil.

Os principais fatores de estímulo ao crescimento ao setor privado foram os programas como o Prouni (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) e o FIES (Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001). Os programas objetivavam ampliar a cobertura de ensino através das instituições privadas, concedendo bolsas integrais e/ou parciais aos alunos em situação de vulnerabilidade econômica. As concessões dessas bolsas também são atrativas para as instituições privadas, que conseguiam recursos do fundo público e isenções fiscais do governo. Inúmeras críticas foram feitas a esse modelo de expansão por estudiosos da temática, tal como Mancebo (2004), cujo entendimento é de que:

[...] longe de resolver ou de corrigir a distribuição desigual dos bens educacionais, a privatização promovida pelo programa tende a aprofundar as condições históricas de discriminação e de negação do direito à educação superior a que são submetidos os setores populares. A alocação dos estudantes pobres nas instituições particulares cristalizará mais ainda a dinâmica de segmentação e diferenciação no sistema escolar, destinando escolas academicamente superiores para os que passarem nos vestibulares das instituições públicas (MANCEBO, 2004, p. 86).

Esse também é o entendimento de Sguissardi (2010), que evidencia o caráter privatista desse conjunto de políticas de expansão – abrangendo o REUNI e os programas de financiamento –, denunciando que tais políticas foram de suma importância para a reestruturação do setor produtivo, visto que os programas passaram a contribuir para a

SOUZA, M. L., CASTRO, A. M. D. A.

resolução de diversos problemas que assolavam as instituições privadas. Diante disso, Sguissardi (2010) afirma que:

Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi no âmbito do Programa "REUNI", por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa "Universidade para todos", o PROUNI, um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições (SGUISSARDI, 2010, p. 14).

Ao analisarmos essa participação do setor privado, estimulada pela esfera estatal, é possível observar que a face privatista do fenômeno de expansão não ocorre somente pelas leis do mercado amplamente defendida pelos neoliberais, revelando uma nova tendência para a ascensão das privatizações: as relações público-privadas. Elas surgem com o objetivo de atrair investimentos da esfera privada para financiar práticas de interesse público em caráter de urgência. Ao estabelecer tal contrato, o Estado se isenta do financiamento integral ou parcial das práticas em questão e, em contrapartida, concede à esfera privada o direito de explorar comercialmente os produtos oriundos dessas realizações conjuntas.

Originalmente, parte dessas ações conjuntas são motivadas pela escassez de recursos provenientes da esfera pública. Contudo, com a crescente estigmatização das instâncias públicas estatais, essas relações têm sido fortalecidas como forma de superar esse estigma. No entanto, alguns autores como Dupas (2003, p. 66) rechaçam esse olhar bem-intencionado das relações público-privadas, pois, de acordo com o autor, tais parcerias não se justificam unicamente pela insuficiência de recursos do Estado, mas também pelo abandono da atual sociedade dos valores essenciais de pertencimento ao espaço público de direito.

No Brasil, um importante marco para o fortalecimento das instituições privadas na educação superior foi a criação da Lei nº 10.973 de 2004, que estimula a parceria entre as Universidades, Institutos Tecnológicos e empresas a desenvolverem tecnologia em conjunto. Esse tipo de parceria paulatinamente reformula a função das Universidades, transformando-as em prestadoras de serviços aos interesses do mercado e do capital, e, nessa direção, o projeto neoliberal da Terceira Via consegue intensificar cada vez mais os seus ideais privatistas no interior da esfera pública. Dessa forma, cria-se uma flutuação entre os limites de atuação das esferas públicas e estatais, sobretudo para a educação superior, atribuindo às Universidades uma redução enorme em sua autonomia e poder de ação, visto que passaria a corroborar diretamente para com os interesses do setor privado, enquanto as instituições privadas passariam a oferecer apenas as atividades menos custosas. Sobre isso, Sguissardi (2000) argumenta que:

as reivindicações dos gestores do setor privado consistem em manter pesquisas 'de ponta' no setor público, às custas do Estado, e o ensino predominantemente no setor privado, assim como os programas de extensão – nas esferas econômicas, sociais e culturais

– que associariam esse setor ao Estado, mediante convênios (SGUISSARDI, 2000, p. 166).

Nessa direção, o projeto neoliberal de Terceira Via logrou êxito ao conseguir consolidar sua carta de intenções e estabelecer suas diretrizes para a educação superior no Brasil, criando mecanismos que fomentem o desenvolvimento tecnológico almejado pela economia do conhecimento, sem grandes custos para o setor privado, tendo instituições que possam oferecer o treinamento para a formação das bases produtivas, e o Estado como importante fonte de financiamento desse serviço.

#### O FIES E AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS COMO MATERIALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO DE TERCEIRA VIA

As manifestações desse projeto político não se limitaram à infiltração da lógica mercantil no setor público, mas também se apresentam na transferência de recursos públicos para a iniciativa privada através das relações de parceria entre essas esferas. No âmbito da educação superior, desenvolveu-se uma importante política de governo, elaborada com contornos do que se espera das relações público-privadas, tendo como principal objetivo criar mais um mecanismo para a expansão do ensino superior brasileiro.

A política mencionada se trata do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) – um programa destinado à concessão de financiamentos estudantis em instituições privadas de ensino superior. O programa foi criado através de medida provisória, no ano de 1999, ainda sob o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), e, como relatado, foi transformado na Lei nº 10.260 em 12 de julho de 2001.

Apesar de ter sido criado durante o governo FHC, o FIES obtém maior destaque nos governos posteriores tutelados por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/-2007-2010) e no governo sucedido por Dilma Rousseff (2011-2014/2015-2016). O destaque desse programa no período do governo de Lula da Silva está em marcar o aprofundamento de medidas que favoreceram o setor privado no setor educacional, conforme os autores explicam:

no governo Lula da Silva (2003-2010), foi a continuidade da política de Estado neoliberal da Terceira Via de imputar ao Estado a desobrigação para com as políticas sociais de caráter universalizante, principalmente através da redução de verbas públicas para o seu financiamento e o estímulo ao empresariamento das atividades sociais (AVILA; LÉDA; VALE, 2012, p. 166,167).

No período que contempla os governos exercidos por Lula da Silva e Dilma Rousseff, o programa exerceu forte relevância para o processo de expansão do ensino superior ocorrido no país, embora tenha contribuído de forma mais significativa para o avanço do protagonismo do setor privado, no que tange à oferta desse nível de ensino com a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada.

Os seguintes dados comprovam o avanço da transferência de recursos públicos para o setor privado, tendo em vista o pagamento das despesas do programa FIES às mantenedoras de instituições privadas. O ano de início da série histórica analisada remete ao início do governo de Dilma Rousseff – período em que o FIES passou por importantes

flexibilizações para ampliar seu alcance – perpassando também o seu segundo mandato, interrompido por um processo de impeachment no ano de 2016, e concluindo o período de análise em 2018.

**Tabela 1** - Valores de repasses de pagamentos do FIES às mantenedoras de instituições de ensino superior e financiamentos concedidos no período de 2011 a 2018

<b>Ano</b>	<b>Valor de repasse</b>	<b>Financiamentos concedidos</b>
2011	1.299.644.196,46	154.065
2012	3.915.055.856,51	377.732
2013	8.053.175.441,11	559.259
2014	13.585.099.517,84	731.957
2015	13.232.647.375,36	287.347
2016	16.213.050.443,83	203.392
2017	18.058.665.710,43	175.974
2018	14.414.386.250,54	82.421
<b>Δ %</b>	<b>1.009,09%</b>	<b>-46,50%</b>

Fonte: Repasse de CFT-E – Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Ao observarmos a tabela 1, percebe-se que há um crescimento abrupto dos montantes destinados ao pagamento das despesas do FIES a partir de 2014, cujo ápice é atingindo em 2017. Entretanto, mesmo com os significativos montantes registrados após 2015, percebe-se um abrupto decréscimo no número de financiamentos concedidos nesse período, isso torna-se nítido no ano de 2018 que registra 82.421 financiamentos, um número menor que os 154.065 registrado em 2011, no início da série histórica analisada.

É necessário frisar que o ano de 2014 foi o ano de aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024). O atual PNE possui em sua estrutura um conjunto de metas e estratégias para condução da educação do país. Entre essas metas podemos destacar a Meta 12 que busca expandir a taxa bruta da matrícula do ensino superior para 50%. Para tal, o documento elenca estratégias que visam expandir o financiamento estudantil, como a estratégia 12.6 (que objetiva expandir o fundo de financiamento estudantil, com a constituição de um fundo para garantir esse financiamento). Logo, é possível afirmar que a ampliação do programa requer contínuos estímulos financeiros à iniciativa privada, justificando os crescentes valores expostos na tabela acima.

Dessa forma, é reforçada a tendência de privatização da educação superior e, dessa vez, não acontece somente conforme os moldes da concorrência ou do livre mercado e sim através de estímulos do setor público, quer sejam através da cessão de recursos públicos ou de permissões legais, permitindo que a iniciativa privada utilize tais recursos como medidas de expansão, como expõe Sguissardi (2014):

a legislação que não cria nenhum obstáculo à expansão do mercado educacional financeirizado; e, sobretudo, os dados da expansão de instituições por categoria administrativa – mostram que a diretriz predominante no âmbito da atual política de expansão da ES tende

a não ser a educação superior pública, mas, na prática, a do “mercado educacional”. Optou-se por programas e ações focais que ignoram as fronteiras entre o público e o privado; não só, mas, principalmente, entre o público e o privado-mercantil. Estar-se-ia, com isso, tentando satisfazer um direito fundamental da cidadania, ainda que de proteção mais frágil, como se fora pouco mais que um simples serviço comercial ou mercantil (SGUISSARDI, 2014, p. 99).

De acordo com o exposto por Sguissardi (2014), a legislação não impede a atuação do mercado educacional financeirizado. Isso fica claro quando o pagamento realizado pelo FIES é feito através de Certificados Financeiros do Tesouro – Série E (CFT-E), que são emissões diretas de títulos intransferíveis e devem ser utilizados prioritariamente para o pagamento de dívidas previdenciárias e tributárias das referidas instituições.

Contudo, esses títulos podem ser recomprados das mantenedoras e instituições que estejam adimplentes com suas obrigações fisco-previdenciárias. Dessa forma, o Estado realiza o depósito dos valores correspondentes ao saldo de títulos na conta corrente da instituição, de acordo com o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A tabela 2 demonstra os valores das movimentações de recompra desses títulos:

**Tabela 2** - Valores de recompra de CFT-E das mantenedoras e instituições de ensino superior no período de 2011 a 2018

Ano	Valor de recompra
2011	374.056.377,07
2012	2.053.110.094,57
2013	5.214.824.678,41
2014	8.528.135.001,18
2015	9.097.805.971,56
2016	12.320.054.751,57
2017	12.509.887.906,91
2018	10.095.192.379,26
<b>Δ %</b>	<b>2.598,83%</b>

Fonte: Recompra de CFT-E – Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

A ação de recompra desses títulos públicos por parte do Estado também movimentou significativos valores no período estudado, demonstrando um crescimento numérico proporcional aos apresentados no ato de repasse, o que inclui os maiores números registrados nos mesmos anos (2016 e 2017).

Um fato que merece destaque é o crescimento de 2.598,83% do valor de recompra contra 1.009,09% do valor do ato de repasse, o que implica que a movimentação de recompra pode ser muito mais lucrativa para as mantenedoras e instituições do que o ato original de repasse, visto que durante a recompra o valor não é cedido através de títulos públicos.

A comercialização desses títulos públicos reflete uma tendência que tem se consolidado na economia mundial nas últimas duas décadas, e cada vez mais no âmbito da educação superior. Trata-se da influência da mundialização do capital, constituída pelo protagonismo da internacionalização do capital em três principais modos, são eles: o produtivo, comercial e financeiro. Na visão de Chesnais (1996), esse fenômeno marca também o processo de influência e dominação do capital financeiro sobre as demais instâncias da economia e das práticas da sociedade, o que inclui a educação superior, visto que as instituições de ensino superior brasileiras possuem mantenedoras e grupos de investimentos internacionais.

Nesse sentido, torna-se necessário enfatizar a importância do Estado para a manutenção da saúde financeira das mantenedoras e instituições envolvidas neste programa de financiamento, o que desmistifica as teorias de que o Estado é uma esfera antagônica ao mercado. Como bem afirma Pochmann (2011, p. 7), “[...] corporações são cada vez mais dependentes da associação com o Estado Nacional, sugando, como carrapatos, parcela crescente do orçamento público”.

Logo, acentua-se a influência do capital financeiro sobre a educação superior, implicando a crescente financeirização desse nível de ensino. No entendimento de Bastos (2013, p. 1), a financeirização é definida como o atual formato de funcionamento do capitalismo, sendo regida principalmente pela lógica da especulação e “decisões de compra (venda) de ativos comandadas pela expectativa de revenda (recompra) com lucros em mercados secundários de ações, imóveis, moedas, créditos, *commodities* e vários outros ativos”.

Ao analisarmos a definição dada por Bastos (2013), torna-se plausível incluir o FIES como um agente de fomento à lógica da financeirização da educação superior no Brasil, visto que o programa age através de duas principais ações, o repasse e a recompra de títulos públicos, que são as principais ações presentes na definição do autor supracitado, reforçando como o Estado é um agente ativo dessa fase de acumulação do capitalismo, conforme afirmado por Pochmann (2011).

É prudente afirmar que as políticas desenvolvidas e conduzidas nesse período, como o FIES, obtiveram importantes avanços no que tange à expansão da educação superior, principalmente se tomarmos em consideração o número total de 2.572.147 de financiamentos concedidos que permitiram a entrada de significativo número de pessoas no ensino superior, muitos deles oriundos da escola pública.

Contudo, esse processo de expansão permitiu que o já consolidado setor privado ampliasse seu protagonismo no que tange à oferta desse nível de ensino, primando também pela lógica economicista das relações público-privadas e contemplando os ideais de “economia de mercado com justiça social”, citada anteriormente por Neves (2015), do projeto neoliberal de Terceira Via.

## CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a condução do processo de expansão da educação superior, o que inclui as parcerias público-privadas, atende grande parte dos objetivos do projeto neoliberal de Terceira Via e, conseqüentemente, do capital global, visto que parte das principais políticas destinadas ao fortalecimento desse nível de ensino são baseadas em ações conjuntas com o setor privado, e inclui o financiamento direto a essa esfera.

Logo, evidencia-se uma descentralização das práticas e também do financiamento da esfera pública estatal, gerando uma desresponsabilização das atividades que originalmente pertencem à sua alçada. Essa descentralização marca não apenas o enfraquecimento das instituições públicas, mas também enfraquece as fronteiras entre o ideal de direito público e o direito privado.

A redução dessas fronteiras implica fatos que podem deteriorar ainda mais a autonomia da esfera pública. Essas parcerias – público-privadas – são os principais fatores que determinam a infiltração dos ideais tecnicistas e da lógica empresarial na esfera pública, contribuindo de forma crescente para o atrelamento da educação superior às demandas dos projetos hegemônicos globais.

Com isso, pode-se afirmar que as parcerias público-privadas são também uma forma de privatização que corresponde ao processo de difusão e estabelecimento das lógicas privatistas, empresarias e mercadológicas nas instituições de caráter público. Logo, a afirmação e a consolidação desse caráter privatista não devem criar a ilusão de que o papel do Estado tenha sido anulado ou sequer diminuído, dado que na perspectiva do neoliberalismo de Terceira Via, o Estado é uma instituição que tem se mostrado fundamental para a consolidação e alcance dos objetivos do capital global.

Esse caráter privatista torna-se nítido ao analisarmos o caso da política do FIES que, apesar de ter tido importância para a questão política do acesso à educação superior, foi conduzida de forma que também gerasse frutos econômicos e políticos para a esfera privada, o que inclui a afirmação de uma nova lógica de dominação do capital sobre a educação. Dessa vez, a dominação está além da infiltração da lógica mercantilista na educação, essa dominação tornou a educação mais uma arena de acumulação de capital com a crescente ação de especulação sobre os custos que envolvem essa prática.

Portanto, em consideração aos estudos realizados, pode-se afirmar que as relações público-privadas não só estimulam o processo de privatização das práticas originárias da esfera pública, mas também evidenciam um novo caráter de privatização e de expansão do capital, desta vez estimulado pela esfera pública e por seus demais aparelhos institucionais.

Artigo recebido em: 02/12/2019  
Aprovado para publicação em: 21/03/2020

SOUZA, M. L., CASTRO, A. M. D. A.

---

#### THE INFLUENCE OF THIRD WAY POLICIES ON THE FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)

**ABSTRACT:** This paper analyzes the fundamentals of the Third Way ideology conceived by Anthony Giddens and his influence on the policies for the higher education in Brazil during the 2000s, as reference it has the "Fundo de Financiamento Estudantil" (FIES). It assumes that the policies implemented during the period incorporated the Third Way logic and it is similar, in some aspects, to the neoliberal ideals, which have gained relevance in the political world and economical scenario in recent decades. It's about a literature review and data analysis from the "Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação". The results of the study indicate that the Third Way policies were significant to the conduction of the Brazilian higher education expansion and to the growth of the private sector in the teaching level, having the State as one of the main financial agents.

**KEYWORDS:** Third Way. Privatization. Higher Education. Public-Private Partnership.

---

#### LAS INFLUENCIAS DE LAS POLÍTICAS DE LA TERCERA VÍA EN EL FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)

**RESUMEN:** El presente artículo analiza los fundamentos de la ideología de la Tercera Vía concebida por Anthony Giddens, y su influencia en las políticas para la Educación Superior brasileña en la década de 2000, teniendo como referencia el "Fundo de Financiamento Estudantil" (FIES). Parte de la premisa de que las políticas implementadas en ese período incorporaron la lógica de la Tercera Vía y se asemejan en algunos aspectos a los ideales neoliberales que ganaron grande relevancia en el escenario político y económico mundial en las últimas décadas. Se trata de una revisión de literatura y análisis de datos estadísticos del "portal del Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação". Los resultados del estudio indican que las políticas de la Tercera Vía fueron significativas para el desarrollo de la expansión de la Educación Superior brasileña y para el crecimiento del sector privado en ese nivel de enseñanza, teniendo como uno de los principales agentes financiadores el Estado.

**PALABRAS CLAVE:** Tercero Sector. Privatización. Educación Superior. Pacerías Público-Privadas.

---

#### NOTAS

1) O Neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas e propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2008).

2) Formalizado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o REUNI é uma das medidas contidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e tem como principal objetivo gerar bases e condições necessárias para o processo de expansão da Educação Superior, o que inclui a ampliação do acesso e a viabilização da conclusão dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

AVILA, S. F. O; LÉDA, D. B; VALE, A. A. Configurações do setor privado-mercantil na expansão da educação superior privada: notas para a análise do trabalho docente. Mancebo, Deise e Silva Júnior, João dos Reis (Org.). *In: Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

BASTOS, P. P. Z. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 217, mar. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Publicado no DOU de 25.4.2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL, 2005. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Diário Oficial da União, 14 jan. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm). Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Publicado no DOU de 3.12.2004.

BRASIL. **Lei nº 10.260 de 12 de Julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm). Acesso em: 25 jul. 2019.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GIDDENS, A. **A Terceira Via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

GIDDENS, A. **A Terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

MANCEBO, D. "Universidade para todos": a privatização em questão. **Pro-Posições**, 15(3), pp. 75-90, 2004.

SOUZA, M. L., CASTRO, A. M. D. A.

MAUÉS, O. A política de educação superior para a formação e o trabalho docente: a nova regulação educacional. **Anped**, 31º Reunião, GT 11, 2008. Disponível em: <http://anped11.uerj.br>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MARTINS, A. S. Estratégia burguesa de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, L. M. W.. A sociedade Civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, L. M. W. *et al.* Mudanças na educação básica no capitalismo neoliberal de Terceira Via no Brasil. *In*: MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Educação Básica: Tragédia anunciada?** São Paulo: Xamã, 2015. Cap. 23-44.

PEREIRA, R. L. A. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni): repercussões na expansão da UFRN. (Dissertação). Mestrado em Políticas e Gestão da Educação – PPGED/UFRN. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Alda Maria Duarte Araújo Castro (Orientadora). Natal: 2012.

POCHMANN, M. **Transformação do capitalismo**. Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 5, n. 51, Outubro 2011.

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil – o setor privado**. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000.

SCHAFF, A. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense. UNESP. 1993.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SGUISSARDI, V. SILVA, E. P. SILVA-JÚNIOR, J. R. Trabalho Intensificado na Universidade Pública Brasileira. *In*: OLIVEIRA, João Ferreira. CATANI, Afrânio Mendes. JÚNIOR, João dos Reis Silva (Org.). **Educação Superior no Brasil: em Tempos de Internacionalização**. São Paulo: Xamã, 2010.

SGUISSARDI, V. (Org.). **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

---

MATHEUS LUCAS SOUZA: Mestrando em Educação pelo PPGED/UFRN, Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pesquisador vinculado a Linha de Pesquisa "Educação, Política e Práxis Educativa" do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é membro cadastrado do Grupo de Pesquisa de Políticas do Ensino Superior do Diretório do CNPQ.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5673-866X>

E-mail: [matheuslucasrn@gmail.com](mailto:matheuslucasrn@gmail.com)

---

ALDA MARIA DUARTE ARAÚJO CASTRO: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (1977), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998), doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2001) e Pós-Doutorado na Universidade de Coimbra. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas de formação de professores, políticas de educação a distância e de educação superior. Exerceu a função de Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte de 2012 a 2015. Pesquisadora integrante da Rede Universitas/Br.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6740-6257>

E-mail: [aldacastro01@hotmail.com](mailto:aldacastro01@hotmail.com)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).